

Superior Tribunal de Justiça

RCD no HABEAS CORPUS Nº 566.400 - PE (2020/0065558-2)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
REQUERENTE : WELLINGTON VENANCIO DE MORAES (PRESO)
ADVOGADOS : VAMARIO SOARES WANDERLEY DE SOUZA - PE033622
MARIA GABRIELA BREDERODES BARROS - PE034915
REQUERIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
REQUERIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DESPACHO

Trata-se de pedido de reconsideração, apresentado por VAMARIO SOARES WANDERLEY DE SOUZA, contra a decisão que não conheceu do recurso.

Nos termos da jurisprudência desta Corte Superior, o pedido de reconsideração pode ser recebido como agravo regimental, ante o princípio da fungibilidade recursal, desde que apresentado no prazo legal, como ocorreu no caso dos autos.

Assim, tendo em vista as razões lançadas na petição de fls. 33-64, CONHEÇO do pedido de reconsideração como agravo regimental e determino a vista ao "recorrente para, no prazo de 5 (cinco) dias, complementar as razões recursais, de modo a ajustá-las às exigências do art. 1.021, § 1º", aplicando, mutatis mutandis, o § 3.º do art. 1.024 do Código de Processo Civil.

Após, distribua-se o agravo regimental, nos termos do art. 21-E, § 2.º, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 1º de abril de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente